

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	22
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	23
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
Demonstração do Valor Adicionado	25

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	99
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2013	Dividendo	29/01/2013	Ordinária		0,02052
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2013	Juros sobre Capital Próprio	29/01/2013	Ordinária		0,00286
Reunião do Conselho de Administração	28/02/2013	Dividendo	28/02/2013	Ordinária		0,02512
Reunião do Conselho de Administração	24/04/2013	Dividendo	24/04/2013	Ordinária		0,03586
Reunião do Conselho de Administração	24/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	24/04/2013	Ordinária		0,01333
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Dividendo	21/05/2013	Ordinária		0,12452
Reunião do Conselho de Administração	21/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/05/2013	Ordinária		0,00444
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2013	Dividendo	26/06/2013	Ordinária		0,04999
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/06/2013	Ordinária		0,00459
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2013	Dividendo	26/07/2013	Ordinária		0,05023
Reunião do Conselho de Administração	26/07/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/07/2013	Ordinária		0,00444
Reunião do Conselho de Administração	26/08/2013	Dividendo	26/08/2013	Ordinária		0,05569
Reunião do Conselho de Administração	26/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/08/2013	Ordinária		0,00459
Reunião do Conselho de Administração	22/11/2013	Dividendo	22/11/2013	Ordinária		0,20390

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.659.569	1.589.788	1.441.799
1.01	Ativo Circulante	364.882	183.245	481.314
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	320.520	8.306	268.131
1.01.01.01	Caixa e Bancos	320.520	8.306	268.131
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.523	12.715	9.663
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.523	12.715	9.663
1.01.07	Despesas Antecipadas	25	1	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.814	162.223	203.520
1.01.08.03	Outros	29.814	162.223	203.520
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16.303	151.903	203.327
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	12.741	9.770	0
1.01.08.03.03	Outros créditos	770	550	193
1.02	Ativo Não Circulante	1.294.687	1.406.543	960.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.549	115.237	214.926
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.151	0	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	14	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	87.384	115.237	214.926
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	87.384	114.373	146.016
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	864	68.910
1.02.02	Investimentos	1.161.822	1.258.369	718.064
1.02.02.01	Participações Societárias	1.161.822	1.258.369	718.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.161.822	1.258.369	718.064
1.02.03	Imobilizado	25.583	17.807	12.953
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.583	17.807	12.953
1.02.04	Intangível	16.733	15.130	14.542
1.02.04.01	Intangíveis	16.733	15.130	14.542

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.659.569	1.589.788	1.441.799
2.01	Passivo Circulante	30.678	22.849	335.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.722	8.322	5.776
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.722	8.322	5.776
2.01.02	Fornecedores	5.768	3.881	3.200
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.768	3.881	3.200
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.000	852	824
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.000	852	824
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.000	852	824
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.248	7.082	191.589
2.01.04.02	Debêntures	9.248	7.082	191.589
2.01.05	Outras Obrigações	2.940	2.712	134.523
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	126	16	0
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	126	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	16	0
2.01.05.02	Outros	2.814	2.696	134.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	1.722	132.638
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	2.788	974	1.885
2.02	Passivo Não Circulante	825.411	790.824	248.546
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	825.316	790.453	248.539
2.02.01.02	Debêntures	825.316	790.453	248.539
2.02.02	Outras Obrigações	0	365	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	365	7
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	0	365	7
2.02.03	Tributos Diferidos	0	6	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	6	0
2.02.04	Provisões	95	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	95	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	803.480	776.115	857.341

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	1.313	433	111
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.313	433	111
2.03.04	Reservas de Lucros	105.452	78.967	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	78.843	56.712	34.892
2.03.04.10	Reservas de dividendos	26.609	22.255	431.055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	116.845	109.373	103.782
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.706	-64.011	-52.504
3.03	Resultado Bruto	32.139	45.362	51.278
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	471.307	431.668	353.110
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.772	-4.783	-4.548
3.04.05.01	Outras Receitas/Despesas Líquidas	0	-11	-4
3.04.05.02	Amortização de Ágio de Investimento	-4.772	-4.772	-4.544
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	476.079	436.451	357.658
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	432.323	414.444	335.162
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	43.756	22.007	22.496
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	503.446	477.030	404.388
3.06	Resultado Financeiro	-64.017	-39.830	-27.790
3.06.01	Receitas Financeiras	28.723	31.185	48.599
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.740	-71.015	-76.389
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	439.429	437.200	376.598
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.175	-769	-7.565
3.08.01	Corrente	18	-763	-5.823
3.08.02	Diferido	3.157	-6	-1.742
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	442.604	436.431	369.033
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	442.604	436.431	369.033
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,63527	0,62641	0,94314

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	442.604	436.431	369.033
4.03	Resultado Abrangente do Período	442.604	436.431	369.033

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	60.501	65.393	71.928
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.265	66.459	72.159
6.01.01.01	Lucro Líquido	442.604	436.431	369.033
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.171	6.867	5.391
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	4.772	4.772	4.544
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	88.357	67.871	75.990
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-476.079	-436.451	-357.658
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	14	894	382
6.01.01.07	Tributos diferidos	-3.157	6	1.742
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo	-8.906	-14.253	-27.376
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	394	322	111
6.01.01.10	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	95	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.236	-1.066	-231
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-1.808	-3.052	-2.111
6.01.02.02	Outros créditos, depósitos judiciais e outras contas a receber	-234	-357	-108
6.01.02.03	Fornecedores	1.887	681	1.476
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-24	-1	0
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	3.400	2.546	1.266
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	148	28	-1.861
6.01.02.07	Outras contas a pagar	1.814	-911	1.107
6.01.02.08	Partes relacionadas	-947	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	720.856	339.573	275.307
6.02.01	Dividendos recebidos	740.940	248.532	262.036
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-17.564	-13.203	-17.079
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	34.480	104.244	30.350
6.02.04	Aumento de Capital - Ecopistas	-37.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-469.143	-664.791	-262.916
6.03.01	Juros pagos	-51.328	-73.226	-69.820
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	778.462	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-415.700	-184.300
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-417.815	-954.327	-8.796
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	312.214	-259.825	84.319
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.306	268.131	183.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	320.520	8.306	268.131

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	880	-22.255	-393.864	0	-415.239
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	880	0	0	0	880
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-371.984	0	-394.239
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.880	0	-21.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.604	0	442.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.604	0	442.604
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.740	-48.740	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	22.131	-22.131	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	26.609	-26.609	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	322	-431.055	-392.356	0	-517.657
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322
5.04.06	Dividendos	0	0	-431.055	-367.744	0	-798.799
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.612	0	-24.612
5.04.08	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	436.431	0	436.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	436.431	0	436.431
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.075	-44.075	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	21.821	-21.821	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	22.254	-22.254	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	433	78.967	0	0	776.115

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	111	259.267	-350.581	0	-91.203
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	111	0	0	0	111
5.04.06	Dividendos	0	0	259.267	-326.118	0	-66.851
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.463	0	-24.463
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.033	0	369.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.033	0	369.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.452	-18.452	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.452	-18.452	0	0
5.07	Saldos Finais	391.283	111	465.947	0	0	857.341

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	131.628	123.428	119.284
7.01.02	Outras Receitas	131.628	123.428	119.284
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.029	-19.335	-17.029
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.257	-14.563	-12.485
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.772	-4.772	-4.544
7.03	Valor Adicionado Bruto	105.599	104.093	102.255
7.04	Retenções	-8.171	-6.867	-5.391
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.171	-6.867	-5.391
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	97.428	97.226	96.864
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	504.802	467.636	406.257
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	476.079	436.451	357.658
7.06.02	Receitas Financeiras	28.723	31.185	48.599
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	602.230	564.862	503.121
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	602.230	564.862	503.121
7.08.01	Pessoal	52.982	40.696	32.858
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.841	35.401	28.528
7.08.01.02	Benefícios	4.883	3.571	2.850
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.258	1.724	1.480
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.608	14.824	23.033
7.08.02.01	Federais	9.000	12.362	20.646
7.08.02.03	Municipais	2.608	2.462	2.387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.036	72.911	78.197
7.08.03.01	Juros	52.492	43.908	64.392
7.08.03.02	Aluguéis	2.296	1.896	1.709
7.08.03.03	Outras	40.248	27.107	12.096
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	442.604	436.431	369.033
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	21.880	24.612	24.463
7.08.04.02	Dividendos	371.984	367.744	66.851
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.740	44.075	277.719

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	4.049.830	3.004.762	2.764.145
1.01	Ativo Circulante	921.800	256.891	548.567
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	708.896	68.126	431.943
1.01.01.01	Caixa e Bancos	708.896	68.126	431.943
1.01.03	Contas a Receber	104.852	93.859	66.325
1.01.03.01	Clientes	104.852	93.859	66.325
1.01.03.01.01	Clientes	19.624	23.492	11.158
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	85.228	70.367	55.167
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.832	13.583	10.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.832	13.583	10.374
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.094	4.369	4.062
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	5.094	4.369	4.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	87.126	76.954	35.863
1.01.08.03	Outros	87.126	76.954	35.863
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	70.740	66.722	30.106
1.01.08.03.03	Outros créditos	14.512	10.232	5.757
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	1.874	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.128.030	2.747.871	2.215.578
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	155.463	179.247	151.690
1.02.01.03	Contas a Receber	0	20.574	18.610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	20.574	18.610
1.02.01.06	Tributos Diferidos	129.905	132.322	20.329
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	129.905	132.322	20.329
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	290	340	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	878	68.910
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	878	68.910
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.268	25.133	43.841
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	15.075	13.283	6.640
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	10.193	11.850	37.201

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.03	Imobilizado	137.071	122.680	89.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	137.071	122.680	89.285
1.02.04	Intangível	2.835.496	2.445.944	1.974.603
1.02.04.01	Intangíveis	2.835.496	2.445.944	1.974.603

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	4.049.830	3.004.762	2.764.145
2.01	Passivo Circulante	644.314	582.408	801.196
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.896	21.411	14.243
2.01.01.01	Obrigações Sociais	26.896	21.411	14.243
2.01.02	Fornecedores	57.509	45.159	32.184
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.509	45.159	32.184
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.807	17.343	14.469
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.807	17.343	14.469
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	20.615	17.115	14.196
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	192	228	273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	412.047	358.727	513.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	242.144	187.893	146.406
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	242.144	187.893	146.406
2.01.04.02	Debêntures	169.903	170.586	366.008
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	248	900
2.01.05	Outras Obrigações	54.800	55.349	172.759
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.316	5.179	1.790
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	39	16	36
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.277	5.163	1.754
2.01.05.02	Outros	51.484	50.170	170.969
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	1.722	132.638
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	18.888	19.356	17.082
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	32.570	29.092	21.249
2.01.06	Provisões	72.255	84.419	54.227
2.01.06.02	Outras Provisões	72.255	84.419	54.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	49.932	63.531	24.854
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	9.519	2.141	12.527
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.804	18.747	16.846
2.02	Passivo Não Circulante	2.598.725	1.643.034	1.102.566

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.310.625	1.391.336	934.977
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	201.065	118.333	112.481
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	201.065	118.333	112.481
2.02.01.02	Debêntures	2.109.560	1.273.003	822.306
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	190
2.02.02	Outras Obrigações	55.827	67.505	59.033
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	38	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	38	0
2.02.02.02	Outros	55.827	67.467	59.033
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	12.671	16.541	3.272
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	559	605	662
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	42.597	50.321	55.099
2.02.03	Tributos Diferidos	36.683	20.658	21.354
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.683	20.658	21.354
2.02.04	Provisões	195.590	163.535	87.202
2.02.04.02	Outras Provisões	195.590	163.535	87.202
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	65.206	38.364	26.710
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	128.116	115.131	58.563
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.268	10.040	1.929
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	806.791	779.320	860.383
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	1.313	433	111
2.03.04	Reservas de Lucros	105.452	78.967	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	78.843	56.712	34.892
2.03.04.10	Reserva de dividendos	26.609	22.255	431.055
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.311	3.205	3.042

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.067.554	1.719.427	1.372.706
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.063.086	-785.703	-592.648
3.03	Resultado Bruto	1.004.468	933.724	780.058
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-83.441	-89.201	-54.986
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.441	-89.201	-54.986
3.04.02.01	Outras Despesas/Receitas Líquidas	-352	-154	-269
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-83.089	-89.047	-54.717
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	921.027	844.523	725.072
3.06	Resultado Financeiro	-241.238	-187.653	-169.546
3.06.01	Receitas Financeiras	64.063	36.394	68.232
3.06.02	Despesas Financeiras	-305.301	-224.047	-237.778
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	679.789	656.870	555.526
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-230.716	-215.172	-181.944
3.08.01	Corrente	-212.274	-201.322	-167.305
3.08.02	Diferido	-18.442	-13.850	-14.639
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	449.073	441.698	373.582
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	449.073	441.698	373.582
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	442.604	436.431	369.033
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.469	5.267	4.549
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,63527	0,52641	0,94314
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	0,94000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	449.073	441.698	373.582
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	449.073	441.698	373.582
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	442.604	436.431	369.033
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.469	5.267	4.549

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	921.325	822.822	694.057
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	924.813	820.083	720.988
6.01.01.01	Lucro Líquido	449.073	441.698	373.582
6.01.01.02	Depreciação e amortização	193.689	156.014	106.734
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	265.502	195.058	210.234
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	7.644	9.813	9.548
6.01.01.06	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-6.606	-3.954	-1.673
6.01.01.07	Perda / baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	833	2.798	3.207
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo	0	-1.220	-12.277
6.01.01.09	Tributos diferidos	18.442	14.071	14.933
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	-1.008	871	13.834
6.01.01.12	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atual monetária	-4.078	6.151	2.755
6.01.01.13	Plano de opção com base em ações	880	322	111
6.01.01.14	Capitalização de juros	-934	-1.539	0
6.01.01.15	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	1.376	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.488	2.739	-26.931
6.01.02.01	Clientes	-12.369	-19.645	-11.886
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.249	-2.996	-2.483
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-675	603	571
6.01.02.04	Outros créditos, depósitos judiciais e outras contas a receber	-298	-10.667	-23.695
6.01.02.05	Fornecedores	12.350	7.975	8.020
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	5.485	5.251	1.929
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.500	852	-70
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-392	21.030	-3.506
6.01.02.10	Partes relacionadas	-2.897	0	1.669
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-5.943	336	2.520
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-558.174	-336.245	-179.815
6.02.01	Dividendos recebidos	0	0	791
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-551.811	-334.105	-221.184

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	0	2.964	48.749
6.02.04	Acionistas não controladores	-6.363	-5.104	-8.171
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	277.619	-850.394	-335.165
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	4.245	-7.311	-35.834
6.03.02	Obrigações com o poder concedente	-15.836	-13.515	-12.004
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.014.731	855.371	533.252
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-177.530	-537.950	-652.972
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-417.815	-954.870	-8.797
6.03.07	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-82	-102	654
6.03.08	Efeito caixa do aumento de capital com investimento líquido do caixa	0	18.912	0
6.03.09	Juros pagos	-130.094	-210.929	-159.464
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	640.770	-363.817	179.077
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.126	431.943	252.866
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	708.896	68.126	431.943

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	880	-22.255	-393.864	0	-415.239	-6.363	-421.602
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	880	0	0	0	880	0	880
5.04.06	Dividendos	0	0	-22.255	-371.984	0	-394.239	-6.363	-400.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.880	0	-21.880	0	-21.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.604	0	442.604	6.469	449.073
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.604	0	442.604	6.469	449.073
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.740	-48.740	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	22.131	-22.131	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	26.609	-26.609	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	1.313	105.452	0	0	803.480	3.311	806.791

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	322	-431.055	-392.356	0	-517.657	-5.104	-522.761
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	322	0	0	0	322	0	322
5.04.06	Dividendos	0	0	-431.055	-367.744	0	-798.799	0	-798.799
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.612	0	-24.612	-5.104	-29.716
5.04.08	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	436.431	0	436.431	5.267	441.698
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	436.431	0	436.431	5.267	441.698
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.075	-44.075	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	21.821	-21.821	0	0	0	0
5.06.05	Reserva para dividendos	0	0	22.254	-22.254	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	433	78.967	0	0	776.115	3.205	779.320

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	111	259.267	-350.581	0	-91.203	-8.171	-99.374
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	111	0	0	0	111	0	111
5.04.06	Dividendos	0	0	259.267	-326.118	0	-66.851	0	-66.851
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.463	0	-24.463	-8.171	-32.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	369.033	0	369.033	4.549	373.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	369.033	0	369.033	4.549	373.582
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	18.452	-18.452	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.452	-18.452	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	2.232.597	1.868.325	1.459.662
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.232.597	1.868.325	1.459.662
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-793.486	-577.187	-435.125
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-750.685	-532.212	-406.969
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.801	-44.975	-28.156
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.439.111	1.291.138	1.024.537
7.04	Retenções	-193.689	-156.014	-106.734
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-193.689	-156.014	-106.734
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.245.422	1.135.124	917.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	64.063	36.394	68.232
7.06.02	Receitas Financeiras	64.063	36.394	68.232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.309.485	1.171.518	986.035
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.309.485	1.171.518	986.035
7.08.01	Pessoal	148.063	131.351	96.883
7.08.01.01	Remuneração Direta	120.468	108.479	79.756
7.08.01.02	Benefícios	21.899	17.963	13.195
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.696	4.909	3.932
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	395.687	364.070	269.286
7.08.02.01	Federais	306.592	284.011	240.561
7.08.02.03	Municipais	89.095	80.059	28.725
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	316.662	234.399	246.284
7.08.03.01	Juros	164.271	129.944	159.799
7.08.03.02	Aluguéis	11.361	10.352	8.359
7.08.03.03	Outras	141.030	94.103	78.126
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	449.073	441.698	373.582
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	21.880	24.612	24.463
7.08.04.02	Dividendos	371.984	367.744	66.851
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.740	44.075	277.719
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.469	5.267	4.549

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas

A Administração da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seu acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A EcoRodovias Concessões é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia à empresa do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul. Em 2013, registramos a passagem de 220,1 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 5 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Em 2013, a EcoRodovias Concessões agiu de maneira eficiente, com a implementação de melhorias em suas operações, priorizando o controle de seus custos e a adequada gestão de seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros, dentro do atual cenário econômico global.

Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a EcoRodovias Concessões firma o seu compromisso na melhoria contínua na prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável.

Como consequência disto, as concessionárias vem trabalhando fortemente para aumentar a capacidade das suas rodovias e melhorar seus indicadores operacionais, principalmente os que se referem à segurança no trânsito. No ano passado, a campanha “Por Uma Estrada Sem Acidentes” deu continuidade ao compromisso firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU) para alcançar o objetivo de reduzir em 50% o número de ocorrências no trânsito em todo o mundo – proposto pela Década Mundial de Ações de Segurança no Trânsito. Com o slogan #DicasSalvamVidas, a concessionária lançou a campanha que distribuiu cartilhas educativas, colocou painéis nas rodovias e spots de rádios com dicas de segurança no trânsito.

Também neste ano, concluímos importantes renegociações de contrato visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias no Polo de Pelotas da Ecosul, na Ecovia Caminho do Mar e na Ecocataratas. Já na Ecovias dos Imigrantes foram iniciadas as obras que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, constantes dos termos aditivo ao contrato de concessão assinado em novembro de 2012 e com previsão para a conclusão das obras em setembro de 2014. Concluímos, com sucesso, em maio de 2013, a segunda emissão pública de debêntures da Ecovias dos Imigrantes, integralmente enquadrada como debêntures de infraestrutura (Lei 12.431/2011), no montante de R\$ 881,0 milhões. Na Ecopistas, realizamos R\$ 173,3 milhões em investimentos, com destaque à finalização do Trevo dos Pimentas e obras nas marginais da Rodovias Ayrton Senna

Relatório da Administração

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Para finalizar, por mais este ano, a EcoRodovias Concessões agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 2 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2013	2012	Var.
Comercial			
Ecovias dos Imigrantes	29.059	25.920	12,1%
Ecopistas	30.975	28.453	8,9%
Ecovia Caminho do Mar	11.473	11.336	1,2%
Ecocataratas	17.230	15.996	7,7%
Ecosul Rodovias do Sul	19.973	16.199	23,3%
Total	108.710	97.904	11,0%
Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	32.873	33.280	-1,2%
Ecopistas	57.038	55.357	3,0%
Ecovia Caminho do Mar	4.496	4.457	0,9%
Ecocataratas	10.481	10.423	0,6%
Ecosul Rodovias do Sul	6.455	5.951	8,5%
Total	111.343	109.468	1,7%
Comercial + Passeio			
Ecovias dos Imigrantes	61.932	59.200	4,6%
Ecopistas	88.013	83.810	5,0%
Ecovia Caminho do Mar	15.969	15.793	1,1%
Ecocataratas	27.711	26.419	4,9%
Ecosul Rodovias do Sul	26.428	22.150	19,3%
VOLUME DE TRÁFEGO	220.053	207.372	6,1%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Relatório da Administração

Veículos comerciais – apresentaram crescimento de 11,0% em 2013, quando comparado ao ano anterior. Nas concessionárias do Paraná e Rio Grande do Sul, o destaque foi o alto volume de exportação de soja e milho através dos portos desta região. No estado de São Paulo, além da exportação de commodities, também volume de exportação de soja, milho e açúcar tivemos o bom desempenho do setor industrial na região da Ecopistas e, adicionalmente, iniciou-se a cobrança dos eixos suspensos nestas concessionárias.

Veículos de passeio – cresceram 1,7% em 2013, quando comparado ao ano anterior, apesar das condições climáticas desfavoráveis que impactaram o fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos estados das regiões Sudeste e Sul do país. Houve um decréscimo de 1,2% na Ecovias dos Imigrantes e crescimentos de 3,0% na Ecopistas, 0,9% na Ecovia Caminho do Mar e 0,6% na Ecocataratas. O desenvolvimento do polo de Pelotas, influenciado pela ampliação do polo naval de Rio Grande e a implantação do estaleiro em São José do Norte, foi o grande influenciador do crescimento de 8,5% na concessionária.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 2.232,6 milhões em 2013 representando um aumento 19,5% em relação a 2012. Esse aumento deve-se ao crescimento orgânico das concessões rodoviárias e aumento na receita de construção devido ao maior número de obras nestas concessionárias.

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Receitas de Pedágio	1.689,2	1.511,5	11,8%
Receita de Construção ICPC-01	479,2	290,0	65,2%
Receita Logística e Serviços	8,6	10,5	-18,1%
Receita Acessória	55,6	56,3	-1,2%
Total	2.232,6	1.868,3	19,5%

- **Receita de Pedágio:** em 2013 a receita com arrecadação de pedágio atingiu R\$ 1.689,2 milhões, representando 75,7% da receita bruta total.

- **Receitas Acessórias:** provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

- **Receitas de serviços:** proveniente da prestação de serviços corporativos e exploração de outros serviços correlatos

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 2.067,6 milhões em 2013 e R\$1.719,4 milhões em 2012, sendo que as deduções sobre a receita bruta atingiram R\$ 165,0 milhões em 2013 e R\$148,9 milhões em 2012.

Relatório da Administração

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 1.146,2 milhões, frente aos R\$ 874,8 milhões em 2012, variação de 31,0%. Os principais motivos foram o aumento do custo com pessoal devido ao dissídio e aumento no quadro de funcionários na empresa de serviços para atender o Ecoporto e início das atividades da ECO101, aumento de em conservação e manutenção, principalmente nas concessionárias Ecovia Caminho do Mar, Ecosul e Ecocataratas, aumento em depreciação e amortização devido à maior base de ativos e aumento no custo de construção decorrente de obras em andamento.

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Pessoal	148,1	131,4	12,7%
Conservação e manutenção	76,7	56,0	37,0%
Serviços de terceiros	70,9	70,7	0,3%
Seguros	11,4	10,0	14,0%
Poder Concedente	33,6	38,7	-13,2%
Depreciação/Amortização	193,7	156,0	24,2%
Provisão Manutenção ICPC 01	74,9	70,0	7,0%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	479,2	290,0	65,2%
Locações e aluguéis	11,4	10,4	9,6%
Outros	46,3	41,6	11,3%
TOTAL	1.146,2	874,8	31,0%

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1.114,7 milhões, um crescimento de 11,4% em relação aos R\$1.000,8 milhões obtidos em 2012. A margem EBITDA considerando atingiu 53,9% em 2013, uma redução de 4,3 pontos percentuais em relação 2012.

EBITDA			
(em milhões de R\$)	2013	2012	Var.
Lucro líquido	442,6	436,4	1,4%
Imposto de renda e contribuição social	230,7	215,1	7,3%
Resultado financeiro	241,2	187,7	28,5%
Depreciação e amortização	193,7	156,0	24,2%
Participação de minoritários	6,5	5,3	22,6%
Amortização de investimentos	0,0	0,3	-
EBITDA	1.114,7	1.000,8	11,4%
Margem EBITDA	53,9%	58,2%	-4,3 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido, em 2013, foi de R\$ 241,2 milhões negativos, aumento de 28,5% em relação aos R\$ 187,7 milhões negativos em 2012 devido ao maior nível de endividamento através das emissões de debêntures da EcoRodovias Concessões e Ecovias dos Imigrantes.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2013, o lucro líquido atingiu R\$ 442,6 milhões, crescimento de 1,4% em relação a 2012, representando margem líquida de 21,4%.

Relatório da Administração

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias Concessões encerrou dezembro de 2013 com saldo de caixa e equivalentes a caixa e títulos e valores mobiliários (sendo essas últimas aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures) no valor total de R\$ 789,8 milhões. A dívida bruta, nesta mesma data, atingiu o valor de R\$ 2.722,7 milhões. A composição da dívida bruta e a dívida líquida estão apresentadas abaixo:

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2013	31/12/2012	Var.	Taxas	Vencimento
Debêntures - Ecorodovias Concessões e Serviços	834,6	797,5	4,6%	IPCA + 5,0% a.a. / IPCA 5,35% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	outubro-2022
Debêntures 1ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	95,9	226,3	-57,6%	IGP-M + 9,5% / 104,0% CDI	novembro-2014
Debêntures 2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	915,8	-	n.m	IPCA + 3,8% / IPCA + 4,28% a.a	abril-2014
Debêntures-Ecopistas	433,2	419,7	3,2%	IPCA+8,25% a.a.	outubro-2022
BNDES -Ecopistas	197,9	114,6	72,7%	TJLP+2,45% a.a	junho-2025
CCB- Ecovia Caminho do Mar	-	35,3	n.m	114,0% do CDI	novembro-2023
CCB- Ecovia Caminho do Mar	106,4	-	n.m	108,0% do CDI / 108,4% do CDI	dezembro-2014
CCB- Ecovia Caminho do Mar	-	26,1	n.m	112,50% do CDI	dezembro-2013
CCB- Ecovia Caminho do Mar	-	44,3	n.m	110% do CDI	outubro-2013
CCB- Ecosul	50,1	26,5	89,1%	CDI + 2,03% a.a.	outubro-2014
Financiamento - Ecosul	-	22,1	n.m	112,50% do CDI	dezembro-2013
CCB- Ecosul	57,7	-	n.m	108,0% do CDI / 108,4% do CDI	dezembro-2014
CCB- Ecosul	-	36,3	n.m	110% do CDI	outubro-2013
BNDES - Ecocataratas	29,7	-	n.m	TJLP + 2,30% a.a.	julho-2018
Outros	1,4	1,3	7,7%	-	n.m
Dívida Total	2.722,7	1.750,1	55,6%		
Caixa e equivalentes de caixa	708,9	68,1	941,0%		
Aplicação financeira vinculada	80,9	78,6	3,0%		
Dívida Líquida	1.932,9	1.603,4	20,5%		

CAPEX

Os investimentos realizados pela EcoRodovias Concessões totalizaram R\$ 690,7 milhões em 2013, 63,2% superior ao realizado no ano anterior. Os principais investimentos foram concentrados em demais melhorias e ampliações, pavimentação e conservação especial, investimentos em hardware e equipamentos de pedágio, obras em andamento e melhorias nas sinalizações e dispositivos de segurança das seis concessionárias em operação, com destaque para a Ecovias dos Imigrantes, com as obras relacionadas ao aditivo contratual e a finalização da quinta faixa entre o km 26 e o km 41 na Rodovia dos Imigrantes e na Ecopistas, com a finalização do Trevo dos Pimentas e obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna.

CAPEX (em milhões de R\$)	2013			2012			Var. 2013*2012
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Concessões Rodoviárias							
Ecovias dos Imigrantes	292,8	38,9	331,7	91,1	55,0	146,1	127,0%
Ecopistas	173,3	-	173,3	118,0	-	118,0	46,9%
Ecovia Caminho do Mar	41,8	13,9	55,7	31,2	3,5	34,7	60,5%
Ecocataratas	32,0	37,1	69,1	59,1	19,0	78,1	-11,5%
Ecosul - Rodovias do Sul	41,0	2,4	43,4	32,2	0,8	33,0	31,5%
EcoRodovias Conc. e Serviços	17,5	-	17,5	13,2	-	13,2	32,6%
CONSOLIDADO	598,4	92,3	690,7	344,8	78,3	423,1	63,2%

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias Concessões e Serviços está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias.

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, dentre as quais se destacam: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupado por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

Relatório da Administração

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2013, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência na gestão de pessoas. Pela quarta vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Você S.A/FIA e, pelo segundo ano consecutivo, no ranking das 130 Melhores Empresas para Trabalhar definido pela Revista Época/Great Place to Work.

O enfoque na área também está explícito na criação, em 2013, da nova Diretoria de Gestão de Pessoas, quando o Grupo passou a exercer diversas ações de desenvolvimento e gestão. A Escola de Líderes, por exemplo, foi criada para poder formar um quadro de pessoas preparadas para assumir com prontidão posições-chave. Outro exemplo é o Projeto de Cultura, que identificou os principais arquétipos do Grupo EcoRodovias, como “Um só time”, “Inovação” e “Foco do Cliente”.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A política socioambiental da EcoRodovias, que se estende à EcoRodovias Concessões, determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável do Grupo. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de sustentabilidade. A Ecovias dos Imigrantes orgulha-se de ser a primeira concessionária de rodovias no mundo certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além de possuir a ISO 9001 de qualidade e a OHSAS 18001, de saúde e segurança do trabalho.

Dentro da estratégia de desenvolver projetos sociais, a EcoRodovias Concessões se destaca em vários trabalhos direcionados às comunidades lindeiras, tais como: “De Bem com a Via” – educação do trânsito para crianças utilizando atividades lúdicas, jogos e brincadeiras; “Virando o Jogo” – projeto com crianças que utiliza o esporte como ferramenta para intensificar ações de educação no trânsito e inclusão social; “Capacitar” – capacitação profissional de moradores da região; “Acessa Comunidade” – inclusão digital; “Voluntários do Bem” – projeto educacional ministrado por colaboradores da concessionária; “Casa Limpa” – voltado à educação ambiental das comunidades lindeiras. O Ecoviver, que tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 220 mil crianças em 25 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$50,4 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia"), tem por objetivo participar em outras Companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 5.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo a International Accounting Standard Board (IASB).

2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 6 e 7 anos
- Máquinas e equipamentos 10 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Edificações 18 e 19 anos
- Outros 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

2.7. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos, debêntures e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Empréstimos e contas a receber
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Investimentos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassê"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Provisões Gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

A Administração da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 Tributos

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 35.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que os mesmos podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,76% e 11,99% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.

- b) Obrigações com o poder concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 23.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

A Administração da Companhia entende que a melhor forma de apresentação do Fluxo de Caixa seja a partir do Lucro Líquido, portanto, a Companhia passa a demonstrar seu Fluxo de Caixa a partir do Lucro Líquido e não mais do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Para garantir a comparabilidade das informações, estamos rerepresentando a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os efeitos da rerepresentação da DFC estão demonstrados no quadro a seguir.

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	437.200	(437.200)	-	656.870	(656.870)	-
Lucro líquido	-	436.431	436.431	-	441.698	441.698
Tributos diferidos	-	6	6	221	13.850	14.071
Imposto de renda e contribuição social pagos	(763)	763	-	(200.986)	201.322	336
Juros pagos	(73.226)	73.226	-	(210.929)	210.929	-
Demais variações	(371.044)	-	(371.044)	368.256	-	368.256
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	(7.833)	73.226	65.393	613.432	210.929	824.361
Fluxo de caixa das atividades de investimento	339.573	-	339.573	(337.784)	-	(337.784)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Juros pagos	-	(73.226)	(73.226)	-	(210.929)	(210.929)
Demais variações	(591.565)	-	(591.565)	(639.465)	-	(639.465)
Total do fluxo de caixa das atividades de financiamento	(591.565)	(73.226)	(664.791)	(639.465)	(210.929)	(850.394)
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(259.825)	-	(259.825)	(363.817)	-	(363.817)

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Balço patrimonial consolidado	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Títulos e valores Mobiliários	28.498	38.224	66.722
Não Circulante			
Tributos diferidos (*)	50.005	82.317	132.322
Títulos e valores mobiliários	50.074	(38.224)	11.850
Intangível (*)	2.528.261	(82.317)	2.445.944
Passivo			
Circulante			
Obrigações com o poder concedente	(18.158)	(1.198)	(19.356)
Outras contas a pagar	(30.290)	1.198	(29.092)
	2.608.390	-	2.608.390

(*) Foram reclassificados os benefícios fiscais (Imposto de Renda e Contribuição Social) da incorporação da controlada Ecocataratas que estavam classificados no Intangível na rubrica Contratos de Concessão.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	31/12/2013	31/12/2012
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%

As atividades das controladas diretas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias dos Imigrantes") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. ("Ecovia Caminho do Mar" ou "Ecovia") foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Ecocataratas"), constituída em 3 de novembro de 1997, e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL ("Ecosul") foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

31.12.2013									
	Controladora	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	364.882	106.533	28.287	420.872	12.664	15.871	949.109	(27.309)	921.800
Não circulante	1.294.687	989.684	465.999	1.236.438	161.521	161.883	4.310.212	(1.182.182)	3.128.030
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	30.678	99.994	58.107	222.092	123.688	137.063	671.622	(27.308)	644.314
Não circulante	825.411	706.728	94.859	1.033.224	17.391	8.495	2.686.108	(87.383)	2.598.725
Participação minoritários	-	-	-	-	-	-	-	3.311	3.311
Patrimônio líquido	803.480	289.495	341.320	401.994	33.106	32.196	1.901.591	(1.098.111)	803.480
Total	1.659.569	1.096.217	494.286	1.657.310	174.185	177.754	5.259.321	(1.209.491)	4.049.830
Demonstração do resultado									
Receita líquida	116.845	380.661	253.040	1.011.465	209.915	219.134	2.191.060	(123.506)	2.067.554
Lucro bruto	32.139	128.857	103.096	545.666	124.330	117.168	1.051.256	(46.788)	1.004.468
Lucro operacional	439.429	36.334	65.756	429.290	97.712	87.347	1.155.868	(476.080)	679.787
Imposto de renda e contribuição social	3.175	(9.291)	(22.327)	(139.867)	(33.022)	(29.383)	(230.715)	-	(230.715)
Lucro do exercício	442.604	27.043	43.429	289.423	64.690	57.964	925.153	(476.080)	449.073
31.12.2012									
	Companhia	Ecopistas	Ecocataratas	Ecovias	Ecosul	Ecovia	Subtotal	Eliminações	Consolidado
Ativo									
Circulante	183.245	43.486	19.345	109.745	12.940	13.691	382.452	(163.785)	218.667
Não circulante	1.406.543	889.881	476.782	1.024.945	130.642	154.524	4.083.317	(1.297.222)	2.786.095
Total	1.589.788	933.367	496.127	1.134.690	143.582	168.215	4.465.769	(1.461.007)	3.004.762
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	22.849	80.934	96.386	360.671	89.021	128.877	778.738	(196.330)	582.408
Não circulante	790.824	617.300	101.991	204.549	23.495	12.921	1.751.080	(108.046)	1.643.034
Patrimônio líquido	776.115	235.133	297.750	569.470	31.066	26.417	1.935.951	(1.156.631)	779.320
Total	1.589.788	933.367	496.127	1.134.690	143.582	168.215	4.465.769	(1.461.007)	3.004.762
Demonstração do resultado									
Receita líquida	109.373	316.326	209.004	824.431	165.252	208.473	1.832.859	(113.432)	1.719.427
Lucro bruto	45.362	128.027	81.864	503.526	98.762	120.747	978.288	(44.564)	933.724
Lucro operacional	437.201	44.006	44.303	393.161	79.602	95.044	1.093.317	(436.447)	656.870
Lucro do exercício	436.432	29.016	30.112	266.767	52.670	63.148	878.145	(441.714)	436.431

b) Reestruturação societária

Não houveram modificações societárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Em 30 de março de 2012, a participação da controladora na Ecocataratas foi contribuída ao capital da Companhia, com base nos saldos contábeis em 29 de fevereiro de 2012, conforme a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>R\$</u>
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	18.912
Clientes	7.889
Tributos a recuperar	213
Despesas antecipadas	860
Outros créditos	285
Total do ativo circulante	<u>28.159</u>
Não circulante	
Tributos diferidos	44.827
Despesas antecipadas	391
Depósitos judiciais	2.130
Imobilizado	12.402
Intangível	397.819
Total do ativo não circulante	<u>457.569</u>
Total do ativo	<u><u>485.728</u></u>
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	
Circulante	
Arrendamento mercantil financeiro	202
Fornecedores	5.000
Obrigações sociais e trabalhistas	1.917
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.067
Provisão para manutenção	20.142
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	544
Outras contas a pagar	1.274
Total do passivo circulante	<u>32.710</u>
Não circulante	
Arrendamento mercantil financeiro	20
Partes relacionadas - mútuo	69.715
Provisão para manutenção	71.957
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.503
Tributos diferidos	384
Outras contas a pagar	7
Total do passivo não circulante	<u>147.586</u>
Patrimônio líquido	<u><u>305.432</u></u>
Porcentagem de participação detida pela controladora	100,00%
Saldo do investimento da Controladora na Ecocataratas	305.432

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	29	43	18.551	24.267
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	319.228	7.892	657.729	15.581
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	1.264	371	32.616	28.278
	320.520	8.306	708.896	68.126

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda-fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira - LF e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados à taxa média ponderada de 89,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$4.338 (R\$3.547 em 31 de dezembro de 2012).

O aumento de Caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 refere-se à segunda emissão de debêntures da Companhia conforme nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO**

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de Investimento (a)	52.491	38.224
CDBs (a)	18.249	28.498
Poupança (b)	10.193	11.850
	80.933	78.572
Circulante	70.740	66.722
Não circulante	10.193	11.850

- a) Os Fundos de Investimentos e CDBs são remunerados a taxa média ponderada de 97,7% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 20).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA; os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (a)	85.228	70.367
Pedágio eletrônico - outros	10.509	14.855
Cupons de pedágio	4.843	4.324
Locações/arrendamento de área	1.855	2.054
Cargas especiais	193	207
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.567	1.478
Painéis publicitários	91	55
Outras contas a receber	1.997	574
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD (b)	(1.431)	(55)
	104.852	93.859

- (a) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". Vide nota explicativa nº 21.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

(b) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos a mais de 90 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	104.615	93.822
Vencidos:		
Até 30 dias	100	37
De 31 a 60 dias	7	-
De 61 a 90 dias	130	-
Acima de 90 dias	1.431	55
	<u>106.283</u>	<u>93.914</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	55	39
Constituição de PCLD no exercício	1.392	16
Valores recuperados no exercício	(16)	-
	<u>1.431</u>	<u>55</u>

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.209	12.715	14.465	13.497
Lei Rouanet - nº 8.313/91	-	-	42	-
Outros	1.314	-	1.325	86
	<u>14.523</u>	<u>12.715</u>	<u>15.832</u>	<u>13.583</u>

10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui R\$16.303 (R\$151.903 em 31 de dezembro de 2012) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias - dividendos e juros sobre o capital próprio - Ecovia	2.579	129.573
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - Ecovia - juros sobre o capital próprio	133	74
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - dividendos e juros sobre capital próprio	5.323	8.771
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos e juros sobre o capital próprio	8.268	13.485
	<u>16.303</u>	<u>151.903</u>

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Propostos	Recebidos	31/12/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias	129.573	457.016	(584.010)	2.579
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - Ecovia	74	52.116	(52.057)	133
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	8.771	29.119	(32.567)	5.323
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	57.361	(57.361)	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	13.485	9.728	(14.945)	8.268
	151.903	605.340	(740.940)	16.303

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/12/2013	31/12/2012
Saldos iniciais	13.283	6.640
Reestruturação societária (*)	-	2.130
Adições	2.107	17.823
Baixas	(1.414)	(14.730)
Atualização monetária	1.099	1.420
Saldos finais	15.075	13.283

(*) Adição por advento de reestruturação societária.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO

O saldo de R\$20.574 em 31 de dezembro de 2012 referia-se a valores de seguros a receber provenientes das chuvas que ocorreram na região do litoral do Estado do Paraná, especialmente nos Municípios de Morretes, Antonina e Paranaguá, causando danos de elevada monta a estes e ao seu entorno no ano de 2011. A Rodovia BR-277 em seu segmento compreendido entre o km 41, região da Serra do Mar, e o km 8, acesso ao Município de Paranaguá, o qual está inserido no trecho concessionado, sofreu danos de médio a elevado portes, incluindo a perda total das pontes sobre os rios Jacareí, km 18,1, e Sagrado I, km 24,2. A controlada direta Ecovia Caminho do Mar, conforme estipulado no contrato de concessão, mantém apólice de seguro a fim de garantir o ressarcimento dos valores despendidos na recuperação da infraestrutura rodoviária e manter a circulação de seus usuários. Esses valores estavam em processo de regulação pela Companhia junto a seguradora, sendo que em 31 de março de 2013 com base na melhor estimativa de negociações com a seguradora, a Companhia reclassificou o montante de R\$14.800 para o Intangível referentes aos investimentos realizados para recuperar as infraestruturas danificadas, restando um saldo a receber de R\$5.774, o qual foi totalmente recebido no exercício de 2013.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****13. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA**

	Valores das investidas 31/12/2013		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	30/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias	401.994	289.423	100%	100%	401.994	569.470	289.423	266.768
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - Ecovia	32.196	57.964	100%	100%	32.196	26.263	57.964	63.148
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	289.495	27.043	100%	100%	289.495	235.133	27.043	29.018
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	341.320	43.429	100%	100%	341.320	326.860	43.429	30.113
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	33.106	64.690	90%	90%	29.795	28.849	58.220	47.404
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	67.022	71.794	-	-
					1.161.822	1.258.369	476.079	436.451

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Reestruturação societária	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias	372.483	-	(69.831)	-	50	266.768	569.470
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - Ecovia	28.696	-	(65.635)	-	54	63.148	26.263
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	212.945	-	(6.892)	-	62	29.018	235.133
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	27.374	-	(45.979)	-	50	47.404	28.849
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	305.432	(8.771)	-	86	30.113	326.860
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	76.566	-	-	(4.772)	-	-	71.794
	718.064	305.432	(197.108)	(4.772)	302	436.451	1.258.369

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2013
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	569.470	(457.016)	-	-	117	289.423	401.994
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	26.263	(52.116)	-	-	85	57.964	32.196
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	235.133	(9.728)	37.000	-	47	27.043	289.495
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	28.849	(57.361)	-	-	87	58.220	29.795
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	326.860	(29.119)	-	-	150	43.429	341.320
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	71.794	-	-	(4.772)	-	-	67.022
	1.258.369	(605.340)	37.000	(4.772)	486	476.079	1.161.822

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 39.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMOBILIZADO

a) Controladora

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012	31.12.2012	31.12.2011
17,0	2.939	2.161	-	3.237	8.337	(1.234)	-	(2.597)	5.740	1.576
12,6	405	271	-	-	676	(68)	-	(191)	485	282
10,0	738	67	-	-	805	(77)	-	(356)	449	459
-	1.705	610	(421)	-	1.894	-	-	-	1.894	1.705
4,0	8.432	27	-	-	8.459	(341)	-	(495)	7.964	8.278
5,5	707	1.166	(473)	-	1.400	(71)	-	(125)	1.275	653
	14.926	4.302	(894)	3.237	21.571	(1.791)	-	(3.764)	17.807	12.953

Hardware e equipamentos de pedágio
Maquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Terrenos
Edificações
Outros

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual			
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31.12.2013	31.12.2012
15,2	8.337	3.387	(3)	3	11.724	(1.528)	1	(4.124)	7.600	5.740
11,5	676	236	(1)	5	916	(91)	-	(282)	634	485
9,8	805	62	-	-	867	(82)	-	(438)	429	449
-	1.894	180	-	-	2.074	-	-	-	2.074	1.894
4,1	8.459	-	-	-	8.459	(343)	-	(838)	7.621	7.964
7,1	1.400	6.272	-	-	7.672	(322)	-	(447)	7.225	1.275
	21.571	10.137	(4)	8	31.712	(2.366)	1	(6.129)	25.583	17.807

Hardware e equipamentos de pedágio
Maquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Terrenos
Edificações
Outros

b) Consolidado

Taxas médias de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual					
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Reestruturação societária	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Reestruturação societária	Saldos em 31/12/2012	31.12.2012	31.12.2011
12,8	131.007	21.416	(112)	8.039	356	160.706	(18.138)	110	(5.288)	(110.869)	49.837	43.454
10,2	16.270	3.490	(57)	2.350	(178)	21.875	(1.840)	36	(1.291)	(12.213)	9.662	7.152
8,4	8.251	860	(79)	985	118	10.135	(733)	71	(340)	(4.724)	5.411	4.529
-	5.066	609	(420)	-	-	5.255	-	-	-	-	5.255	5.066
6,1	24.283	290	-	8.457	-	33.030	(1.502)	-	(4.942)	(14.424)	18.605	16.303
8,9	18.411	20.779	(1.225)	7.013	(296)	44.682	(2.562)	-	(2.581)	(10.773)	33.909	12.781
	203.288	47.444	(1.893)	26.844	-	275.683	(24.775)	217	(14.442)	(153.003)	122.680	89.285

Hardware e equipamentos de pedágio
Maquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Terrenos
Edificações
Outros

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Custo				Amortização			Residual				
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Reestruturação societária	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Reestruturação societária	Saldos em 31/12/2012	31.12.2012	31.12.2011
(a)	2.765.550	296.100	573.381	(83.494)	-	3.551.537	(821.650)	(125.474)	(175.724)	(1.122.848)	2.428.689	1.943.900
15,5	33.428	7.656	1.592	-	-	42.676	(18.226)	(5.765)	(1.439)	(25.430)	17.246	15.202
-	-	-	14	-	-	14	-	-	(5)	(5)	9	-
	<u>2.798.978</u>	<u>303.756</u>	<u>574.987</u>	<u>(83.494)</u>	<u>-</u>	<u>3.594.227</u>	<u>(839.876)</u>	<u>(131.239)</u>	<u>(177.168)</u>	<u>(1.148.283)</u>	<u>2.445.944</u>	<u>1.959.102</u>

Taxas médias de amortização - %	Custo				Amortização			Residual			
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	31.12.2013	31.12.2012
(a)	3.551.537	545.607	(311)	2.151	4.098.984	(1.122.848)	(159.729)	77	(1.282.500)	2.816.484	2.428.689
14,5	42.676	8.596	(11)	-	51.261	(25.430)	(6.828)	-	(32.258)	19.003	17.246
-	14	-	-	-	14	(5)	-	-	(5)	9	9
	<u>3.594.227</u>	<u>554.203</u>	<u>(322)</u>	<u>2.151</u>	<u>4.150.259</u>	<u>(1.148.283)</u>	<u>(166.557)</u>	<u>77</u>	<u>(1.314.763)</u>	<u>2.835.496</u>	<u>2.445.944</u>

Contratos de concessão
Softwares de terceiros
Outros

Contratos de concessão
Softwares de terceiros
Outros

(a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 31 de dezembro de 2013, em média, foram de 4,59% (4,02% em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - CONSOLIDADO

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial		Resultado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Realização do ágio na incorporação	77.416	86.998	(9.582)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	9.861	12.826	(2.965)
Regime Tributário de Transição - RTT (*)	2.034	11.567	(9.533)
Provisão para devedores duvidosos	456	6	450
Provisão FAP	206	217	(11)
Prejuízo base fiscal 2013	3.164	-	3.164
Provisão para férias e encargos diretores	85	50	35
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	93.222	111.664	
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido			(18.442)
Ativo fiscal diferido	129.905	132.322	
Passivo fiscal diferido	(36.683)	(20.658)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	93.222	111.664	

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, AVP Ônus da concessão e depreciação societária.

Reconciliação Ativo (Passivo) Diferido	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	111.664
Receita/(Despesa) de imposto reconhecido no resultado	<u>(18.442)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>93.222</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	13.178
2014	15.288	13.169
2015	15.288	13.169
2016	15.288	13.169
2017	15.288	13.169
2018 a 2023	48.136	52.065
Após 2024	(16.066)	(6.255)
	93.222	111.664

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	439.429	437.200	679.788	656.870
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(149.406)	(148.648)	(231.128)	(223.336)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	7.439	8.368	7.439	8.368
Equivalência patrimonial	146.990	140.911	-	-
Despesas indedutíveis	(76)	(30)	(522)	(217)
Amortização de ágio	(1.622)	(1.622)	(6.346)	(309)
Incentivos fiscais (PAT)	18	207	823	1.186
Outros	(168)	45	(981)	(864)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	3.175	(769)	(230.715)	(215.172)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(763)	(212.273)	(201.322)
Impostos diferidos	3.157	(6)	(18.442)	(13.850)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos sobre faturamento:				
ISS	116	98	7.901	7.245
COFINS	499	417	5.224	4.820
PIS	108	91	1.132	1.045
ISS na fonte	25	9	2.506	1.001
INSS na fonte	54	25	1.916	1.276
IRRF	54	53	434	363
Outros impostos	144	159	1.502	1.365
	1.000	852	20.615	17.115

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2013	31/12/2012
Em moeda nacional:				
Capital de giro (b)	Dezembro de 2013	110,0% do CDI	-	44.312
Capital de giro (b)	Outubro de 2013	119% do CDI	-	36.255
Capital de giro (c)	Outubro de 2013	114% do CDI	-	35.312
Capital de giro (i)	Outubro de 2014	108,4% do CDI	103.564	-
Finame (f)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	387	-
Capital de giro (a)	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	197.897	114.601
Capital de giro (d)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	13.469	26.544
Capital de giro (i)	Novembro de 2014	108,0% do CDI	70.941	-
Capital de giro (i)	Novembro de 2014	108,4% do CDI	26.168	-
Capital de giro (g)	Dezembro de 2013	112,5% do CDI	-	48.215
Finame (e)	Mai de 2017	TJLP + 2,83% a.a.	1.063	987
Finame BNDES (h)	Julho de 2018	TJLP + 2,30% a.a.	29.721	-
			443.209	306.226
Circulante			242.144	187.893
Não circulante			201.065	118.333

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	26.481
2015	26.395	13.446
2016	30.983	13.446
2017	30.724	13.227
2018	27.936	13.227
Posteriores a 2018	85.027	38.506
	201.065	118.333

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	306.226	258.887
Adições	164.092	76.964
Encargo financeiro	32.583	23.368
Pagamento de juros	(22.949)	(32.260)
Pagamento do principal	(36.743)	(20.733)
Saldo final	443.209	306.226

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os índices foram atendidos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecovia/Ecosul	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices	Aval da Companhia
(c)	Ecovia	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(d)	Ecosul	Santander	A razão entre seu endividamento líquido e seu "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. . Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os índices foram atendidos.	Aval da EcoRodovias Infra
(e)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(f)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem
(g)	Ecovia/Ecosul	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(h)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta de fiança
(i)	Ecovia /Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	-	246
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	-
		246
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	-	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	-	248
Circulante	-	248
Não circulante	-	-

A movimentação do saldo de arrendamento mercantil financeiro é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	248	1.090
Incorporação de empresas	-	222
Encargos financeiros	-	119
Pagamento de juros	(10)	(100)
Pagamento do principal	(238)	(1.083)
Saldo final	-	248

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Imobilizado", refere-se a caminhões e apresenta valor residual de R\$667 em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.278 em 31 de dezembro de 2012).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos a encargos de 16,71% ao ano e variação de encargos de 15,25% a 17,32%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

20. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Principal corrigido	841.023	808.568	2.271.137	1.440.105
Remuneração (juros)	11.533	9.820	63.115	36.806
Custos com emissão de debêntures (*)	(17.992)	(20.853)	(54.789)	(33.322)
	834.564	797.535	2.279.463	1.443.589
Circulante	9.248	7.082	169.903	170.586
Não circulante	825.316	790.453	2.109.560	1.273.003

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	797.535	440.128	1.443.589	1.188.314
Adições	-	778.462	850.639	778.407
Encargos financeiros	88.357	67.871	232.919	171.571
Pagamento juros	(51.328)	(73.226)	(107.135)	(178.569)
Pagamento de principal	-	(415.700)	(140.549)	(516.134)
Saldo final	834.564	797.535	2.279.463	1.443.589

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- a) A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento referente à amortização do principal da primeira, segunda e terceira séries, dos juros da primeira, segunda e terceira séries e referente à atualização monetária da primeira, segunda e terceira séries.

Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors.

Em 29 de outubro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira emissão de debêntures referente aos juros e à amortização do principal e, em 20 de dezembro de 2012, efetuou o pagamento da segunda série da primeira emissão de debêntures e o pagamento da terceira série da primeira emissão de debêntures na mesma data.

A Companhia concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R\$800.000 em debêntures, sendo R\$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018, R\$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019, e R\$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5% ao ano, e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA, acrescido de 5,35% ao ano, as quais foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013.

- b) A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

- c) A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R\$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R\$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente. Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2013, todos os índices financeiros exigidos foram atendidos.

- d) A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

As principais características das debêntures emitidas são:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição	Companhia	Ecovias dos Imigrantes		Ecopistas
		1ª Emissão	2ª Emissão	
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10	R\$10,00	R\$ 1.000,00	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2013	1ª série - R\$10,21 2ª série - R\$10,84 3ª série - R\$10,85	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$3,33 3ª série - R\$3,17	1ª série - R\$1.062 2ª série - R\$1.066	1ª série - R\$1.263 2ª série - R\$1.198 3ª série - R\$1.174 4ª série - R\$1.150
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	n/a	Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP e BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	-	-	-	-	(2.738)	(2.738)
2015	-	(3.105)	(3.105)	-	(2.738)	(2.738)
2016	79.992	(2.990)	77.002	79.992	(2.738)	77.254
2017	79.992	(2.888)	77.104	79.992	(2.738)	77.254
2018 a 2022	681.039	(6.724)	674.315	648.584	(7.163)	641.421
	841.023	(15.707)	825.316	808.568	(18.115)	790.453

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2014	-	-	-	107.074	(4.377)	102.697
2015	18.953	(7.466)	11.487	17.929	(3.851)	14.078
2016	102.721	(7.231)	95.490	101.493	(3.851)	97.642
2017	111.461	(7.523)	103.938	109.762	(3.851)	105.911
2018 a 2022	1.924.997	(26.352)	1.898.645	965.070	(12.395)	952.675
	2.158.132	(48.572)	2.109.560	1.301.328	(28.325)	1.273.003

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes	1ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
	2ª Emissão						
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
				2.501.000	(72.808)	2.428.192	

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Natureza	Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012
Ativo:			
Circulante:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	3.078	2.926
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	391	371
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	4.717	4.722
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	1.842	1.751
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	665	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (k)	Controlada	15	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (k)	Controlada	42	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	767	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Controlada	591	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (h)	Controlada	12	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	1	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada	17	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	88	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	469	-
Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi Term. Cont. Mg. Direita S.A.) (h)	Outras partes relacionadas	46	-
		12.741	9.770
Não circulante:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	71	31.800
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	87.313	81.158
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (k)	Controlada	-	159
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (k)	Controlada	-	131
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	-	3
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (k)	Controlada (*)	-	188
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	1
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	-	628
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	306
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	359
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	504
		87.384	115.237
Total do ativo		100.125	125.007
Passivo:			
Circulante-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	88	-
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	7	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)		2	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	29	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	16
		126	16
Não circulante-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (i)	Controlada	-	306
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (h)	Controlada	-	1
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (h)	Controlada	-	58
		-	365
Total do passivo		126	381

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Natureza	Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	19.743	18.765
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	212	306
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (c)	Controlada	5.081	4.829
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	651	-
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	4.903	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	65.808	62.178
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada	23.635	22.466
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	8.596	8.121
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	533
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	3.000	6.230
		131.629	123.428
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	7.529	9.256
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	1.378	4.953
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	Controlada	-	44
		8.907	14.253
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (l)	Controlada	219	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (i)	Controlada	212	-
		431	-
		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Ativo:			
Circulante:			
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (g)	Outras partes relacionadas	85.228	70.367
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	767	-
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	469	-
Ecoporto Santos S.A. (h)	Outras partes relacionadas	638	-
		1.874	-
		87.102	70.367
Não circulante:			
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	17
ELG-01 Participações Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	502
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	359
		-	878
Intangível:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	3.364	1.087
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	32.099	5.631
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	18.660	14.574
Consórcio Serra do Mar S.A. (d)	Outras partes relacionadas	116.867	45.338
		170.990	66.630
Total do ativo		258.092	137.875

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Natureza	Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Passivo:			
Circulante - contas a pagar:			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	39	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	309	138
SBS Engenharia e Construções S.A. (e)	Outras partes relacionadas	1.194	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	-	16
Ecoporto Santos S.A. S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	16
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	262	3.501
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	1.512	1.508
		3.316	5.179
Não circulante - contas a pagar-			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (j)	Controladora	-	38
Total do passivo		3.316	5.217
Resultado-			
Receita:			
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	3.000	6.230
Rodovia das Cataratas S.A. (c)	Controlada	-	3.744
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	4.903	-
Ecoporto Santos S.A. (c)	Outras partes relacionadas	651	-
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	-	533
		8.554	10.507
Despesa:			
STP - Serviços Tecnologia e Pagamentos (g)	Outras partes relacionadas	2.264	5.212
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	219	471
		2.483	5.683
Custo:			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	240
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	606
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	6.417
		-	7.263

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O valor de R\$87.313 (R\$81.158 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2015.
- (b) O valor de R\$71 (R\$31.800 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- (c) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$131.416, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 31 de dezembro de 2013 é de R\$12.051.(R\$12.049 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$232.084, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foram incorridos R\$92.597, e há um saldo de serviços a realizar de R\$139.487. Os saldos em aberto a pagar R\$262 (sobre os serviços contratados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A SBS Engenharia e Construções S.A., que possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$32.337 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$26.750, totalizando R\$59.087, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é março de 2015 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$17.630. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.194 (sobre serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$73.074, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$65.868. Os saldos em aberto a pagar R\$7.206 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada em conjunto da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de Administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". O saldo a receber de R\$85.228 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (h) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (i) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (j) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (k) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e às suas controladas na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato é de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2013.
- (l) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$ 19.

Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento, são fixadas e assumidas pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários e outras obrigações a pagar	5.525	3.588	12.472	9.512
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	777	785	1.988	1.883
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	290	83	689	387
IRRF a recolher	665	482	1.160	881
Contribuição Sindical a recolher	1	2	21	17
Provisão de férias	3.251	2.460	7.706	6.351
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	1.213	922	2.860	2.380
	11.722	8.322	26.896	21.411

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

23. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	57.806	64.689
Variável - Ecosul (b)	137	122
Variável - Ecovias (b)	1.206	2.336
Variável - Ecopistas (b)	324	590
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	213	201
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	1.550	1.503
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	249	236
	61.485	69.677
Circulante	18.888	19.355
Não circulante	42.597	50.321

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 31 de dezembro de 2013, restam 52 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 78,33% do total (73,33% em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2013, todas as parcelas haviam sido quitadas.

(b) Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir desta data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser de 1,5%. Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

(c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2013 o valor atualizado mensal é de R\$213 (R\$201 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária.

(e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$249 (R\$236 em 31 de dezembro de 2012).

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	-	13.452
2015	14.194	12.285
2016	12.962	11.219
2017	11.838	10.246
2018	3.603	3.119
	<u>42.597</u>	<u>50.321</u>

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das obrigações com o poder concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	69.677	73.379
Custo (vide nota explicativa nº 29)	33.587	38.739
Varição monetária sobre obrigações com o poder concedente	7.644	9.813
Pagamento do principal	(49.423)	(52.254)
Saldo final	61.485	69.677

24. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a serem realizadas durante o período das concessões, ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Reestruturação societária</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	244.162	198.814	84.914	-	-	527.890
Efeito do valor presente sobre a constituição	(43.718)	(54.662)	(14.950)	-	-	(113.330)
Realização da manutenção	(140.505)	(76.269)	-	(76.540)	-	(293.314)
Ajuste a valor presente - realizações	23.478	24.216	-	-	9.722	57.416
	<u>83.417</u>	<u>92.099</u>	<u>69.964</u>	<u>(76.540)</u>	<u>9.722</u>	<u>178.662</u>
Circulante	24.854					63.531
Não circulante	<u>58.563</u>					<u>115.131</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2013</u>	
Constituição da provisão para manutenção	527.890	91.568	-	-	619.458	
Efeito do valor presente sobre a constituição	(113.330)	(16.661)	-	-	(129.991)	
Realização da manutenção	(293.314)	-	(92.408)	-	(385.722)	
Ajuste a valor presente - realizações	57.416	-	-	16.887	74.303	
	<u>178.662</u>	<u>74.907</u>	<u>(92.408)</u>	<u>16.887</u>	<u>178.048</u>	
Circulante	63.531				49.932	
Não circulante	<u>115.131</u>				<u>128.116</u>	

25. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS – CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Esta provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2011	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(4.239)	(3.087)	-	(7.326)
Ajuste a valor presente - realizações	7.627	-	812	8.439
	14.456	(3.087)	812	12.181
Circulante	12.527			2.141
Não circulante	1.929			10.040
	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.326)	(564)	-	(7.890)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	170	8.609
	12.181	(564)	170	11.787
Circulante	2.141			9.519
Não circulante	10.040			2.268

26. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS -CONSOLIDADO

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	16.548	8.392	1.770	26.710
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.603	9.307	454	11.364
(-) Pagamentos	(5.537)	(2.490)	(12)	(8.039)
(+) Atualização monetária	1.310	1.050	466	2.826
(+/-) Reestruturação societária	3.803	1.700	-	5.503
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.727	17.959	2.678	38.364
	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	17.727	17.959	2.678	38.364
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	37.873	2.785	373	41.031
(-) Pagamentos	(5.643)	(11.739)	-	(17.382)
(+) Atualização monetária	1.494	1.506	193	3.193
(+) Reclassificações	(103)	56	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51.348	10.567	3.291	65.206

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2013 é de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

R\$22.004 (R\$14.904 em 31 de dezembro de 2012), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa possível é da controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão", foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de dezembro de 2013, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$14.654 (R\$6.352 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$5.359 (R\$4.938 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2013, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$22.305 (R\$13.177 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R\$7.127. Em 30 de outubro de 2013 o banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para esta ação, atualizado até 31 de dezembro de 2013 de R\$1.465. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controlada direta Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$417.815 refere-se a: R\$22.255 saldo de dividendos remanescentes de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2013; R\$1.696 saldo de juros sobre capital próprio de 2012; R\$393.864 dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	442.604	436.431
Constituição da reserva legal	(22.131)	(21.820)
Base de cálculo dos dividendos	420.473	414.611
Dividendos intermediários pagos	(371.984)	(367.743)
Juros sobre o capital próprio pagos	(21.880)	(24.612)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	26.609	22.255

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo inicial	3.205	3.042
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.363)	(5.104)
Participação nos lucros do exercício	6.469	5.267
Saldo final	<u>3.311</u>	<u>3.205</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar os diretores estatutários da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 26.454 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga 31/08/2010</u>	<u>2ª outorga 22/03/2011</u>	<u>3ª outorga 23/03/2012</u>	<u>4ª outorga 25/04/2013</u>
Quantidade de opções de ações	-	-	26.454	342.076
Preço do período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$266, (R\$322 em 31 de dezembro de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>3ª outorga</u>	<u>4ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Outorgadas	26.454	-	26.454
Em 31 de dezembro de 2012	26.454	-	26.454
Outorgadas	-	342.076	342.076
Em 31 de dezembro de 2013	26.454	342.076	368.530

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio do período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	17,22	92.132	2,17	200	11 meses
2015	17,22	92.132	2,93	269	23 meses
2016	17,22	92.132	3,35	309	35 meses
2017	19,39	85.519	4,90	419	47 meses
		361.915	3,34	1.197	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou 3 programas de Recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	<u>1º Programa</u>	<u>2º Programa</u>	<u>3º Programa</u>
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 542.710 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de dezembro de 2013, de R\$14,80. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de dezembro de 2013, é de R\$8.032.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)****28. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	718.492	673.102
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	804.230	686.638
Vale-pedágio	-	-	165.664	149.947
Outras	-	-	770	1.817
	-	-	1.689.156	1.511.504
Receita de construção	-	-	479.249	290.009
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	131.628	123.428	64.192	66.812
Receita bruta	131.628	123.428	2.232.597	1.868.325
Deduções de receita bruta (d)	(14.783)	(14.055)	(165.043)	(148.898)
Receita líquida	116.845	109.373	2.067.554	1.719.427

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
- (d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	1.689.156	1.511.504
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	131.628	123.428	64.192	66.812
	131.628	123.428	1.753.348	1.578.316
Deduções				
Cofins (3%)	(10.003)	(9.527)	(62.361)	(56.579)
PIS (0,65%)	(2.172)	(2.066)	(13.516)	(12.260)
ISS (2% a 5%)	(2.608)	(2.462)	(89.095)	(80.059)
Devoluções e abatimentos	-	-	(71)	-
	(14.783)	(14.055)	(165.043)	(148.898)

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

Controladora	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	52.982	40.696
Conservação e manutenção	1.468	2.022
Serviços de terceiros	14.138	8.018
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	2.296	1.896
Depreciações e amortizações	8.171	6.867
Outros custos operacionais	5.651	4.512
	84.706	64.011
Classificados como-		
Custos dos serviços prestados	84.706	64.011
Consolidado	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	148.063	131.351
Conservação e manutenção	76.704	56.003
Serviços de terceiros (*)	70.934	70.728
Seguro (vide nota explicativa nº 34)	11.410	9.959
Provisão para manutenção	74.907	69.964
Custos de construção	479.249	290.009
Poder Concedente	33.587	38.739
Depreciações e amortizações	193.689	156.015
Locações de imóveis e máquinas	11.361	10.352
Outros custos e despesas operacionais	46.271	41.630
	1.146.175	874.750
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.063.086	785.703
Despesas gerais e administrativas	83.089	89.047
	1.146.175	874.750

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	19.298	15.453	56.795	32.435
Juros sobre mútuo	8.907	14.253	-	-
Juros ativos	-	-	-	-
Variação monetária sobre debêntures		1.006	5.542	1.790
Outras receitas financeiras	518	473	1.726	2.169
	28.723	31.185	64.063	36.394
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(52.492)	(43.908)	(131.688)	(106.457)
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	-	-	(32.583)	(23.487)
Variação monetária sobre debêntures	(32.456)	(20.575)	(91.798)	(60.217)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(7.644)	(9.813)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.409)	(4.394)	(9.433)	(6.687)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(17.057)	(10.534)
Outras despesas financeiras	(4.383)	(2.138)	(15.098)	(6.852)
	(92.740)	(71.015)	(305.301)	(224.047)
Resultado financeiro	(64.017)	(39.830)	(241.238)	(187.653)

31. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	442.604	436.431
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,64	0,63

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 27.f, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PLR

A Companhia e suas controladas têm como política a Administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a PLR foi de R\$2.956 (R\$3.144 em 31 de dezembro de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

33. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS- CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente, detalhados nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 23, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 27.e).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados à taxa média ponderada de 100,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente: são classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 23.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dívida (a)	834.564	797.535	2.784.157	1.819.740
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(320.520)	(8.306)	(789.829)	(146.698)
Dívida líquida	514.044	789.229	1.994.328	1.673.042
Patrimônio líquido (b)	803.480	776.115	806.791	779.320
Índice de endividamento líquido	0,64	1,02	2,47	2,15

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o poder concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, nº 19, nº 20 e nº 23.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	18.551	18.551
Clientes e clientes partes relacionadas (i)	Empréstimos e recebíveis	104.852	104.852
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	771.278	771.278
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	58.500	58.500
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	443.209	443.209
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.279.463	2.279.463
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	61.485	70.694

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O saldo das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BM&FBOVESPA do dia 30 de dezembro de 2013, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com o poder concedente”.

As referidas taxas e PUs utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br e www.pentagonotruster.com.br.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$85.228 (R\$70.367 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada efetiva - % a.a.)	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	33.006	31.590	33.580	152.455
BNDES	TJLP + 2,30% a.a.	8.382	7.934	7.482	10.913
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	4.095	12.460
Finame	TJLP + 2,8% a.a.	348	460	429	154
Capital de giro	108% do CDI	233.328	-	-	-
Finame	2,50% a.a.	53	52	51	274
Obrigações com o poder concedente	IGP-M	15.286	16.131	17.022	-
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	24.753	24.783	104.876	184.659
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	110.783	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.823	57.351	63.117	700.535
Debêntures	IPCA + 5,25% a.a.	33.156	34.972	37.191	1.097.858
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.075	8.484	8.949	324.896
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	30.968	32.535	34.319	1.509.904

Análise de sensibilidade***Risco de variação nas taxas de juros***

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	71.156	53.367	35.578
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures - Ecovias (b)	Alta do IGP-M	(48.665)	(49.599)	(50.539)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(25.619)	(30.203)	(34.744)
Juros sobre a 2ª e 3ª série das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(33.042)	(33.434)	(33.824)
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(38.888)	(39.071)	(39.251)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(38.472)	(38.748)	(39.078)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(22.972)	(27.674)	(32.380)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(15.079)	(17.531)	(19.960)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(889)	(1.048)	(1.206)
Juros sobre obrigações com o poder concedente (b)	Alta do IGP-M	(83)	(105)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(152.553)</u>	<u>(184.046)</u>	<u>(215.531)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	12,81%	15,38%
IGP-M (b)	6,02%	7,53%	9,03%
IPCA (c)	6,03%	7,54%	9,05%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%
CDI (e)	10,25%	7,69%	5,13%

- (a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.
 (b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.
 (c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.
 (d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.
 (e) Refere-se à taxa da CDI projetada para 12 meses

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

34. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$571 milhões
Equipamentos	R\$1,1 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$1.822 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$8.720 milhões
Seguro - sede	R\$3,5 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.674 milhões
"All Risk" - Obras de manutenção e conservação	R\$191 milhões
Veículos	Tabela FIPE
"All Risk" - Obras sede	R\$465 milhões

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.**

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (i) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (ii) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (iii) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	27.908	28.744
Custos de construção	(27.908)	(28.744)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R\$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Pólo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	218.575	75.956
Custos de construção	(218.575)	(75.956)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. Apartir desta data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	164.357	113.633
Custos de construção	(164.357)	(113.633)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução Nº4.236/13 e Resolução Nº4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada direta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados serão reduzidas em 4,2%. Em complementação haverá: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	37.609	29.545
Custos de construção	(37.609)	(29.545)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2013, a parcela reajustada é de R\$249.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

Notas Explicativas**ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de construção	30.800	42.131
Custos de construção	(30.800)	(42.131)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	<u>31/12/2013</u>				
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecopistas</u>
<u>Natureza dos Custos</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>
	<u>2014 a 2021</u>	<u>2014 a 2026</u>	<u>2014 a 2018</u>	<u>2014 a 2021</u>	<u>2014 a 2039</u>
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÃOES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$1.563 (R\$1.121 em 31 de dezembro de 2012), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

37. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As Companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI deve encerrar-se em março de 2014.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

38. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente, Vice-Presidente Executivo e de Desenvolvimento de Negócios

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente, Vice-Presidente Executivo e de Desenvolvimento de Negócios.

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

Flavio Viana De Freitas
Diretor